

IDEALISMO TRANSCENDENTAL: A CHAVE PARA O PROBLEMA DA LIBERDADE PRÁTICA

Autor: Marcos Vinicius da Silva Goulart
Metafísica II
Professor: Gérson Lozado
2006/2

O objetivo desse texto é esboçar o que seria o Idealismo Transcendental de Kant e pensar de que forma ele pôde solucionar o problema da possibilidade da liberdade prática na Terceira Antinomia da Razão¹. Ora, sabemos que em relação às duas antinomias anteriores, a Terceira Antinomia apresenta uma peculiaridade: *"Enquanto no primeiro caso ambas as afirmações contrárias eram falsas, aqui [3ª e 4ª antinomias], entretanto, ambas, sendo opostas por simples equívoco, podem ser verdadeiras"*² (KANT, 1980, p. 71). Esse equívoco, esclarece o próprio Kant³, se daria somente se não distinguíssemos fenômenos de númenos, sob a perspectiva do Realismo Transcendental. Mas, se conseguíssemos distingui-los, sob a perspectiva do Idealismo Transcendental, então, a contradição se desfaria, abrindo, portanto, no caso da terceira antinomia, espaço para a liberdade prática.

Antes de mais nada é preciso investigar o que Kant concebe por transcendental. O conhecimento transcendental se preocuparia com a nossa própria potência de conhecer, se voltaria ao que há de formal na nossa faculdade cognitiva, portanto, um princípio transcendental estaria além da experiência sensível, no entanto, em nosso entendimento. Como sabemos, Kant diz que o nosso conhecimento é uma síntese entre entendimento e objeto sensível: entendimento que formaliza e sintetiza aquilo que é nos dado enquanto matéria de conhecimento pelo mundo sensível. Poderíamos dizer então, que um conhecimento transcendental estaria preocupado em saber as possibilidades do nosso conhecimento, os seus limites, como diz Kant: *"Denomino transcendental todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que deve ser possível a priori"* (KANT, 1996, p.65), ou seja, aquilo que precede o ato de conhecer.

Como vimos acima, a definição de Kant nos leva a crer, que o seu projeto crítico se voltaria para a possibilidade de conhecimentos *a priori* e, isso implicaria, em saber até onde podemos conhecer se levamos em conta a nossa capacidade cognitiva. Havíamos dito que: o conhecimento é uma síntese entre matéria e forma, onde a matéria é dada pelo objeto sensível e a forma é dada pelo entendimento, portanto, a matéria se daria *a posteriori*, pois necessitaria de ser formalizada pelo entendimento e a forma se daria *a priori*, tendo relação com a nossa capacidade de formalizar aquilo que o entendimento recebe por intermédio dos sentidos. Nesse caso, poderíamos dizer que o nosso entendimento opera com princípios *a priori*, sem os quais o conhecimento não seria possível, portanto, seriam princípios universais e necessários ao conhecimento.

¹(KANT, 1996, p. 294)

²(KANT, 1980, p. 71)

³(Ibidem)

Kant faz várias distinções entre os tipos de juízos: analíticos, sintéticos *a priori* ou *a posteriori*, mas essas distinções não serão abordadas aqui. Importa-nos, nesse momento, estudarmos as formas *a priori* da sensibilidade, que são o espaço e o tempo e, sendo elas formas *a priori*, são as que determinam o nosso ato de conhecer. Poderíamos dizer, portanto, que não podemos conhecer aquilo que não se dá no espaço e no tempo.

O espaço, como o próprio Kant diz, "*não é senão a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade unicamente sob a qual nos é possível intuição externa*"⁴. Isso quer dizer que, tudo que recebemos do mundo sensível só é possível de ser representado por nós, devido a forma do espaço no nosso entendimento. O espaço não está nas coisas, mas as coisas dependem dele para se tornar objeto de conhecimento, ou seja, o espaço é uma condição subjetiva necessária, *a priori*, para o conhecimento sensível. É o espaço que faz com que eu perceba as coisas fora de mim e faz com que eu organize as minhas representações de objetos sensíveis no mundo, por exemplo, consigo perceber que algo está a esquerda ou está a direita, está a minha frente, está em minhas costas, está ao lado de algo, em suma, está fora de mim.

O tempo, como o próprio Kant diz:

"não é um conceito empírico abstraído de qualquer experiência. Com efeito, a simultaneidade ou a sucessão nem sequer se apresentaria a percepção se a representação do tempo não estivesse subjacente a priori. Somente a pressupondo pode-se representar que algo seja num mesmo tempo (simultâneo) ou em tempos diferentes (sucessivos)".
(KANT, 1996, p. 77).

Ora, é devido ao tempo que podemos compreender a idéia de mudança sem que haja uma contradição, por exemplo, se algo mudou, sei que esse algo foi de um jeito antes de ser o que é agora, mas, mesmo assim, não perdeu a sua identidade. Também a própria idéia de movimento, por exemplo, se algo se movimentou e agora está em um lugar, sei *a priori* que ele deve ter estado em outro lugar em um outro momento anterior. Também há outras categorias *a priori* do entendimento, cito apenas duas: causalidade e substância. No caso da causalidade, sei *a priori* que na natureza toda causa tem um efeito, se acontece um fenômeno no mundo, algo o causou, ou seja, essa causalidade de um fenômeno é determinada por um evento anterior. Já no caso da substância, sei que qualquer fenômeno sensível que o meu entendimento apreender é inerente a algo no mundo, a uma substância.

A partir de agora, depois de ter elucidado alguns conceitos importantes, gostaria de esboçar o que seria o Realismo Transcendental. Em linhas gerais, o Realismo Transcendental seria oposto ao Idealismo Transcendental, na medida que, não distingue o que é coisa em si do que é representação. Se não há distinção entre coisa em si e representação, então, o que nos é dado pelos sentidos ao entendimento seria a coisa como realmente é. Isso causaria uma consequência, que seria importante frisar: espaço e tempo passariam a ser condições necessárias para as coisas em si mesmas, poderíamos dizer, que as coisas em si mesmas só existiriam na medida que fossem dadas ao entendimento, nesse sentido, só haveria coisa em si, espaço e tempo, se houvesse representação.

⁴(KANT, 1996, p. 75)

Depois dessa pequena exposição do que seria o Realismo Transcendental, gostaria de iniciar uma apresentação da 3ª antinomia da razão. A primeira tese é a seguinte: *"A causalidade segundo leis da natureza não é a única da qual possam ser derivados os fenômenos do mundo em conjunto. Para explicá-los é necessário admitir ainda uma causalidade mediante liberdade"*⁵, ou seja, se pretende dizer que nos fenômenos do mundo em sua totalidade, há uma causa que não foi causada, uma causa primeira, espontânea. Já a segunda tese, antítese da primeira, diz o seguinte: *"Não há liberdade alguma, mas tudo no mundo acontece meramente segundo leis da natureza"*⁶, ou seja, nenhum primeiro princípio causou os fenômenos do mundo em seu conjunto, tudo está determinado às leis da natureza, por esta razão, não está descartado que todo o efeito tem uma causa, pois essa é uma lei da natureza.

Ora, como havíamos dito na introdução desse texto, as duas teses seriam contraditórias se tomadas na perspectiva do realismo transcendental, pois, no caso da tese, se o sujeito da liberdade fosse mero fenômeno, então, ele deveria ter sido causado, pois todo o fenômeno no mundo é causado e determinado pelo seu antecedente na série causal, ou seja, a primeira causa sempre seria uma segunda causa quando inserida em uma série causal, portanto, a tese seria absurda. No caso da antítese, se tudo acontece segundo leis da natureza sem nenhuma primeira causa, então, nada mais será causado, pois tudo estaria dado desde de sempre, sendo assim, a lei de causa e efeito que é uma lei natural não precisaria existir. Mas, se a lei de causalidade não existisse, então, todo acontecimento natural no mundo seria espontâneo, ou seja, livre, portanto, a antítese seria absurda.

Como vimos acima, na perspectiva do realismo transcendental, a hipótese da liberdade nas duas teses se daria de maneira absurda. No entanto, se tomarmos a perspectiva do Idealismo Transcendental, onde os fenômenos são distinguidos dos númenos, as coisas se configuram de outra maneira. Se considerarmos a liberdade como coisa em si mesma, isto é, o sujeito da liberdade não como um fenômeno no mundo, seria plenamente concebível a tese da 3ª antinomia, pois se se admite que possa haver uma liberdade que se autodetermine⁷, e que a partir dela, cause algum efeito no mundo, um fenômeno, podemos conceber que após isso, haveria uma lei da natureza que determinaria todas os efeitos decorrentes daquela primeira causa livre. Kant dá uma explicação para isso:

"todas as ações de entes racionais, enquanto fenômenos (encontrados em qualquer experiência), estão sujeitas à necessidade da natureza; mas as mesmas ações, consideradas apenas em relação com o sujeito racional e com a sua capacidade de agir apenas pela razão, são livres". (KANT, 1980, p.72)

Ora, assim o sujeito da ação é livre na medida que é determinado por algo que não é dado pelos sentidos, pois se assim fosse, a causalidade seria dada pela natureza e, devido a isso, cairia naquela regressão de buscar as causas anteriores de um efeito, ou seja, buscar de um condicionado dado um incondicionada absoluto. Por isso, a ação livre de um sujeito

⁵(KANT, 1996, p. 294)

⁶(Idem, p.295)

⁷No sentido de não ser determinada por uma lei natural.

racional deve ter uma determinação da razão, de idéias, que são objetivas, na medida que, se direcionam a algo no mundo e, a partir disso, determinam uma série de causas e efeitos. Sendo assim, podemos concluir que a resolução da 3ª antinomia sob a perspectiva do Idealismo Transcendental, abre a possibilidade de se pensar uma regra moral não condicionada pelo mundo, ou seja, pensar que a ação humana pode ser determinada por fundamentos racionais que escapam do espaço e do tempo. Portanto, postular uma liberdade transcendental é necessário para que o homem possa ser responsabilizado por seus atos, na medida que, a sua própria razão serviria de fundamento para a sua ação, com isso, o sujeito teria a liberdade de agir de um determinado jeito ou não.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1996.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. São Paulo, SP: Abril Cultura, 1980.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2005.